



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



EDITAL DA LICITAÇÃO N.º 057/2023 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 031/2023

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE MARIPÁ**, Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Administração, através da Comissão designada pela Portaria n.º 007/2023 de 04 de janeiro de 2023, torna público aos interessados que realizará a abertura da sessão pública no **dia 19 de maio de 2023 às 08h30min (oito horas e trinta minutos)** pelo sistema eletrônico no Portal de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, site www.comprasgovernamentais.gov.br, licitação na modalidade **PREGÃO**, no formato **ELETRÔNICO**, sob a forma de execução indireta, para prestação de serviço no regime de empreitada por preço global, com critério de julgamento do tipo **MENOR PREÇO**, objetivando **Contratação Seguradora(s) para realizar seguros de Veículos pertencentes a frota do Município de Maripá/PR.**

O certame deverá ser processado e julgado nas condições fixadas neste instrumento convocatório e seus anexos, conforme descrito no objeto. Esta licitação conforme permitido pelo art. 191 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, reger-se-á pelas disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Decreto Municipal nº 026/2020 de 20 de fevereiro de 2020 e, subsidiariamente, com a Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e Lei n.º 123/2006 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações.

O Pregão será realizado em sessão pública, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (Internet), utilizando métodos de autenticação de acesso e recursos de criptografia, garantindo segurança em todas as fases do certame.

De acordo com o Processo nº 498248/18 Acórdão nº 2276/18 – Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) que considera que a utilização dos robôs em pregões eletrônicos ofende ao princípio da isonomia e ao caráter competitivo dos certames - artigo 3º da Lei 8.666/1993 e parágrafo único do artigo 5º do Decreto 5.450/2005, fica vedada a utilização pelas interessadas de tal recurso no certame.

A presente licitação destina-se a **TODAS AS EMPRESAS (Licitação NÃO EXCLUSIVA para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte)**, em conformidade com o disposto no Art. 49 da Lei Complementar 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

1. DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E DA SESSÃO PÚBLICA.

1.1. O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.comprasgovernamentais.gov.br.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



1.2. Os fornecedores deverão observar, rigorosamente, as datas e os horários limites previstos para o recebimento e a abertura das propostas, atentando, também, para o início da disputa.

1.3. É vedada a identificação dos proponentes licitantes no sistema, em qualquer hipótese, antes do término da fase competitiva do pregão.

1.4. No dia, hora e site designados, será realizada sessão pública para:

- a) abertura da sessão e recebimento das propostas de preços e a documentação de habilitação dos licitantes;
- b) análise das propostas de preços para a etapa de apresentação de lances;
- c) realização da etapa de apresentação de lances;
- d) negociação com o melhor classificado;
- e) avaliação dos documentos habilitatórios do(s) licitante(s) que tiver(em) apresentado a(s) melhor(es) proposta(s);
- f) recebimento de eventual(is) recurso(s); e
- g) adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, no caso de inexistir recurso.

1.5. Os trabalhos serão conduzidos por servidor público, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados no Portal de Compras do Governo www.comprasgovernamentais.gov.br.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a seleção de propostas visando a prestação de serviços, através de **Contratação Seguradora(s) para realizar seguros de Veículos pertencentes a frota do Município de Maripá/PR**, observando as características e demais condições definidas neste Edital e em seus Anexos.

2.2. Os serviços, as quantidades a serem realizadas, forma de execução, os preços máximos, e as características mínimas estão especificadas no Anexo I, deste Edital, sendo os quantitativos divididos na seguinte forma:

- a) **Itens – Ampla Concorrência** - destinado à participação de TODAS as empresas, pois não há fornecedores enquadrados como Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte.

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1. O critério de julgamento será o de **MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE**, observada às especificações técnicas constantes do Anexo I e demais condições definidas neste Edital.

3.2. Será utilizado o modo de disputa **“ABERTO”**, em que se inicia com a apresentação de lances públicos e sucessivos, com prorrogações.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



4. ELEMENTOS INSTRUTORES

4.1. Integram o presente Edital como partes indissociáveis, os seguintes anexos:

4.1.1. Anexo I – Termo de Referência - Descrição dos serviços e demais informações;

4.1.2. Anexo II – Modelo de Declaração de que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Lei complementar 123/2006 e suas alterações);

4.1.3. Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;

4.1.4. Anexo IV - Modelo de Declaração Unificada;

4.1.5. Anexo V - Formulário para assinatura de Contrato - Obs.: Apresentar juntamente com a documentação de Habilitação.

4.1.6. Anexo VI – Minuta de Contrato.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

5.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente PREGÃO, ou ainda para impugnar este Edital, desde que o faça com antecedência de até **03 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

5.2. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações poderão ser protocolizados no setor de Protocolo no Paço do Município de Maripá, na Rua Luiz de Camões, 437, CEP 85.955-000 – Maripá, Estado do Paraná, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min ou encaminhados via correio eletrônico para endereço compras@maripa.pr.gov.br ou licita@maripa.pr.gov.br.

5.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** contados da data de recebimento da impugnação.

5.4. A pregoeira deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

5.5. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização deste PREGÃO.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



5.6. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

5.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, endereçados exclusivamente ao e-mail: compras@maripa.pr.gov.br.

5.7.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

5.7.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.7.4. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5.8. Esclarecimentos relativos a presente licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, e encaminhado ao Pregoeiro e a Equipe de Apoio.

5.9. Fica estabelecido que todas e quaisquer informações, esclarecimentos ou dados, fornecidos verbalmente por elementos do Município, não serão considerados como argumento para impugnações, reclamações e outros, por parte dos proponentes.

6. DO EDITAL, DO PROJETO BÁSICO, DO PROJETO EXECUTIVO OU TERMO DE REFERÊNCIA

6.1. O presente Edital, Projeto Básico, Projeto Executivo (se for o caso), ou Termo de Referência encontram-se à disposição para verificação ou aquisição por parte dos interessados junto ao Departamento de Compras do Paço do Município de Maripá – à Rua Luiz de Camões, 437 – CEP 85.955-000 – Maripá, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

6.2. O edital poderá ser obtido através da página do Município de Maripá na internet: <https://maripa.atende.net/cidadao>, no link AUTOATENDIMENTO, Consulta de Licitações; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: compras@maripa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3687-1262.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



6.3. Qualquer alteração referente a este Edital será publicado no Diário oficial eletrônico do Município no link: www.maripa.pr.gov.br; no Portal do Município e no Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br, sendo que o acompanhamento pelas atualizações e alterações é de inteira responsabilidade dos interessados, ficando isento o Município de qualquer contato com os mesmos.

7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

7.1. Na licitação exclusiva, consoante o disposto no art. 47, inc. I, da Lei Complementar nº 123/06, com nova redação dada pela LC 147/2014, **caso definida expressamente no Preâmbulo deste Edital**, somente poderão participar microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, autorizadas na forma da lei, que atendam às exigências de habilitação.

7.2. Na hipótese de licitação geral (sem exclusividade) poderão participar desta licitação, quaisquer empresas que estejam regularmente estabelecidas no País, cujo ramo e finalidade de atuação sejam pertinentes ao objeto licitado e que satisfaçam integralmente as condições exigidas neste edital e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.2.1. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações disponíveis no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

7.2.2. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal COMPRASNET, no ato da abertura do Pregão.

7.2.3. A Licitante deverá ser Companhia Seguradora (art. 122 do Decreto-Lei nº. 73/66).

7.3. É vedada a participação direta ou indireta nesta licitação de:

- a) pessoa física;
- b) empresa em regime de subcontratação, ou ainda, em consórcio;
- c) empresa que possua restrições quanto à capacidade técnica ou operativa, personalidade e capacidade jurídica, idoneidade financeira e regularidade fiscal;
- d) empresa que estiver sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação;
- e) empresa que esteja, por qualquer motivo, punida com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, do Município de Maripá/PR;
- f) empresa que tenha sido declarada inidônea para contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



7.4. Como requisito para participação neste Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não”, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

7.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49;

7.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital;

7.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

7.4.4. Que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

7.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

7.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. No dia, hora e site estipulados no **Preâmbulo deste Edital**, os licitantes deverão estar representados por agentes credenciados, sendo o credenciamento o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

8.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

8.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior, ou estando o mesmo com credenciamento irregular, poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no item 12 do edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação

9.1.1. O Licitante deverá preencher, nos campos próprios do Sistema Comprasnet, a sua proposta com a descrição do objeto ofertado, o preço e marca quando for o caso. Além de anexar a proposta escrita e os documentos de habilitação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.4. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

9.5. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.6. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.7. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.8. Os preços e os produtos/serviços propostos são de exclusiva responsabilidade da licitante, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



lances, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.9. Ao oferecer sua proposta no sistema eletrônico, o licitante deverá observar rigorosamente a descrição dos itens e considerar as condições estabelecidas no Edital e seus anexos, **descrevendo detalhadamente as características do objeto/serviço cotado, informando marca/fabricante (se for o caso) em campo próprio do sistema.**

9.10. A validade da proposta será de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

9.11. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, tributos, fretes e carretos, inclusive ICMS e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou da prestação de serviços, de forma que o objeto do certame não tenha ônus para o Município de Maripá.

9.12. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. No dia, hora e site indicados no preâmbulo deste edital será realizada sessão pública através de site na internet e será aberta por comando da Pregoeira e divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

10.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

10.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

10.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

10.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



10.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

10.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

10.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

10.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

10.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a **melhor oferta deverá ser de R\$ 1,00 (um real)**.

10.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

10.8.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

10.8.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

10.8.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

10.8.4. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

10.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

10.10. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

10.11. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



10.12. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

10.13. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.14. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.16. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

10.17. Após a etapa de envio de lances, haverá a aplicação dos critérios de desempate previstos nos [art. 44](#) e [art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#), seguido da aplicação do critério estabelecido no [§ 2º do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993](#), se não houver licitante que atenda à primeira hipótese, sucessivamente, aos bens produzidos:

10.17.1. no país;

10.17.2. por empresas brasileiras;

10.17.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

10.17.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

10.18. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

10.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

10.20. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



10.21. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo estipulado conforme item 13.3 do Edital, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

10.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

11.1.1 Para fins de aceitabilidade do preço unitário e/ou global, conforme o caso, o Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Maripá ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

11.1.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

11.2 Quando tiver itens com Cotas e a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, ou seja, a empresa deverá fazer os dois itens pelo menor valor.

11.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.3.1. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

11.3.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos ou aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



11.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

11.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

11.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

11.6.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

11.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

11.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.9. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF.
- b) Site do Tribunal de Contas do Paraná/PR, na aba **impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública**



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



12.2. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.3. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.4. Os documentos indispensáveis para comprovação da **Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista**, que de acordo com a legislação em vigor deverão ser apresentados são os seguintes:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- b) **Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor**, consolidado nos termos do novo Código Civil devidamente registrado no órgão competente, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, dos documentos de eleição de seus atuais administradores; ou **Registro Comercial**, no caso de empresa individual, **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI** para Microempreendedor Individual - MEI;
- c) Prova de Regularidade fiscal unificada RFB/PGFN para com a **Fazenda Federal**, mediante a apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- d) Prova de Regularidade fiscal para com a **Fazenda Estadual** mediante a apresentação de certidão de regularidade fiscal emitida pela respectiva Secretaria de Estado da fazenda do Estado, do domicílio ou sede do proponente licitante;
- e) Prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Municipal**, mediante apresentação de Certidão de Regularidade Fiscal, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede do proponente licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do **FGTS – CFR**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei; expedido pela Caixa Econômica Federal, através do site: www.caixa.gov.br.
- g) **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através do site: www.tst.jus.br.
- h) **Caso a proponente queira usufruir dos benefícios para MICROEMPRESAS ou EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**, previstos na Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, deverá apresentar:
 - I. **Certidão Simplificada emitida e registrada pela respectiva Junta Comercial**, ou documento equivalente, com data não superior a 90 dias, contados a partir da data prevista para recebimento das propostas e habilitação.

ou

- II. **Declaração da empresa, emitida por seu representante legal, de que é microempresa ou empresa de pequeno porte, constituída**



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262
e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 95.583.571/0001-02



na forma da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações
conforme o modelo constante no Anexo IV;

12.5. O documento indispensável para comprovação da **Qualificação Econômico-Financeira** que deverá ser apresentado é o seguinte:

- a) **Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente; Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

12.6. Os documentos indispensáveis para comprovação da **Qualificação Técnica** que deverão ser apresentados são os seguintes:

- Deverão ser apresentados no Fase de Habilitação:

- a) **Comprovante de registro ou inscrição da empresa na SUSEP – SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS.**
b) **Declaração da Licitante indicando um corretor de seguros** que irá representá-la junto ao Município na execução do contrato da licitação, na qual deverá constar o nome e/ou razão social, endereço completo, telefone, fax, CPF e/ou CNPJ, etc.
c) **Cópia do título de habilitação profissional emitido pela SUSEP – SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS** do Corretor de seguros indicado pela Licitante no documento do item anterior.

12.6.1. A Licitante deverá ser Companhia Seguradora (art. 122 do Decreto-Lei nº. 73/66).

12.7. Deverá apresentar, ainda, a **Declaração Unificada** conforme modelo constante no Anexo IV, onde a licitante declara expressamente:

- I. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;
- II. que não está sujeita a qualquer impedimento legal e que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;
- III. que não possui em seu quadro societário ocupantes de cargos eletivos de Vereador do Município de Maripá (Art. 19, I, alínea “a”, da Lei Orgânica Municipal), Prefeito do Município de Maripá (Art. 58, II, da Lei Orgânica Municipal), Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal e Senador ou Presidente da República;
- IV. que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, tampouco sócio cotista ou dirigente que seja cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor em cargo efetivo ou em comissão na entidade licitante, até o terceiro grau;



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



- V. que todos os documentos anexados junto ao sistema COMPRASNET correspondem aos originais, sendo que em caso da inveracidade da declaração, responderá sob as penas da lei.

12.8. Todos os documentos exigidos deverão estar dentro de seus prazos de validade, sob pena de inabilitação do licitante se assim não estiverem. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de lei a respeito.

12.9. Os documentos exigidos para habilitação bem como a proposta serão enviados nos termos do disposto no item 9.1 do edital, sendo dispensada a remessa dos originais para o órgão licitante.

12.10. O licitante é administrativa, penal e civilmente responsável por todos os documentos anexados junto ao sistema COMPRASNET, respondendo pela veracidade, integralidade e legibilidade dos mesmos, sendo dispensada a remessa dos originais ao órgão licitante.

12.11. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pela pregoeira e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

12.12. O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, PODERÁ SUBSTITUIR APENAS os documentos indicados nos subitens acima 12.4 – Habilitação Jurídica, Regularidade fiscal e trabalhista e 12.5 - Qualificação econômico-financeira, sendo que os demais são obrigatórios apresentação.

12.12.1. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no SICAF ou no CRC, o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

12.12.2. Também poderão ser consultados os sites oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

12.13. No julgamento da habilitação, a pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.13.1. De acordo com Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 1211/2021-Plenário, fica assegurado o prazo máximo de 30 (trinta) minutos



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262
e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 95.583.571/0001-02



contados da convocação na fase de julgamento, para apresentação de documentação pré-existente não juntada anteriormente.

12.14. O não atendimento das exigências constantes do item 12 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

12.15. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.16. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.17. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto da licitação.

13. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA E ENVIO DOS DOCUMENTOS COMPLEMENTARES DA PROPOSTA.

13.1. Encerrada a etapa de lances, a pregoeira convocará o licitante detentor da melhor oferta, item a item ou um item por licitante, para que este anexe no sistema COMPRASNET, a **PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA**, em conformidade com o último lance ofertado. Para tanto, a pregoeira fará uso da ferramenta “CONVOCAR ANEXO”, devendo o licitante anexar o documento utilizando o link “ANEXAR” disponível apenas para o licitante/vencedor.

13.2. Havendo a necessidade de envio de **documentos de habilitação complementares**, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e **já apresentados**, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, **no prazo de 02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação

13.3. O licitante deverá anexar a **Proposta de Preços Ajustada**, num prazo de até **02 (duas) horas** de efetivo funcionamento do órgão público, contados da convocação.

13.3.1. Em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: compras@maripa.pr.gov.br. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com a pregoeira para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo. A pregoeira não se responsabilizará por emails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Maripá quanto do emissor.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



13.3.2. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo estipulado em Edital, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço, sendo realizado, pela Pregoeira, o registro da não aceitação da proposta.

13.3.3. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, prorrogação do mesmo.

13.4. É facultado a Pregoeira ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

13.5. Se a proposta não for aceitável ou se a LICITANTE deixar de enviar a Proposta de Preços atualizada ou não atender às exigências habilitatórias, a Pregoeira DESCLASSIFICARÁ e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

13.6. A proposta deverá ser apresentada preferencialmente em papel timbrado da empresa Proponente, redigida em português, de forma clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que dificultem a análise, conter nome, CNPJ e endereço da Proponente; identificação do número do Pregão Eletrônico e deverá ser elaborada, considerando as condições estabelecidas neste edital e seus anexos, discriminando-se minuciosamente o objeto cotado, observando-se o quantitativo e o preço por item, constando ainda características técnicas ofertado conforme descrito no Anexo I do presente edital, facilitando assim o julgamento.

13.7. A proposta de Preços deverá conter ainda:

- a) O **Preço Unitário e Preço Total do Item e Preço Total do Lote** na ordem e especificação descrita no objeto.
- b) O **Valor Total Global da Proposta**; grafado em algarismos e por extenso;
- c) **Descrição do Item** com suas respectivas especificações;
- d) O **valor da franquia de cada veículo deverá ser expresso em moeda corrente nacional na PROPOSTA FINAL da CONTRATADA.**
- e) **Prazo de vigência do seguro;**
- f) **Prazo de Validade da Proposta.**
- g) **Dados Bancários.**

13.8. Os preços deverão ser cotados em moeda nacional (não se admitindo cotação em moeda estrangeira), **limitada a 02 (duas) casas após a vírgula.**

13.9. A Proposta apresentada terá validade de no mínimo 60 (sessenta) dias após a abertura da mesma;

13.10. Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista no ANEXO I;



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



13.11. A apresentação da proposta implica automaticamente na aceitação plena e total das condições deste Edital e seus anexos.

13.12. Não serão exigidos outros Documentos complementares a Proposta.

13.13. A Pregoeira se reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

13.14. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares após o julgamento da proposta, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo definido no edital, após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, no prazo mínimo de 2(duas) horas partir do Comunicado pelo Pregoeiro.

14. DA AMOSTRA

14.1. Não se exigirá a apresentação de amostra dos serviços ofertados.

15. DOS RECURSOS

15.1. Declarado o vencedor, a pregoeira abrirá prazo, durante o qual, qualquer licitante poderá de forma motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

15.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

15.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

15.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no site: www.comprasgovernamentais.gov.br

15.5. Decorridos os prazos para os recursos e contrarrazões, a Pregoeira terá até 5 (cinco) dias para:

15.5.1. Negar admissibilidade ao recurso, quando interposto sem motivação ou fora do prazo estabelecido;

15.5.2. motivadamente, reconsiderar a decisão;



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



15.5.3. manter a decisão, encaminhando o recurso à autoridade competente;

15.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO

17.1. Não havendo recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

17.2. A homologação do resultado da licitação é de responsabilidade da autoridade competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação do objeto ao proponente vencedor pela pregoeira, ou, quando houver recurso, pela própria autoridade competente.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



17.3. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos (Art. 64, § 3º da Lei Federal nº. 8.666/93).

17.4. A homologação do resultado desta licitação não obriga esta Administração à aquisição do objeto licitado.

18. CONTRATAÇÃO

18.1. As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão no item 25 deste Edital e em contrato, caso seja o caso.

18.1.1. O contrato será encaminhado através de correio eletrônico, para o endereço de e-mail disponibilizado pelo licitante na fase de habilitação, competindo ao Contratado a impressão e assinatura do instrumento em 03 (três) vias, providenciando a entrega da via original no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, em até 05 (cinco) dias após o seu recebimento.

18.1.2. A via do instrumento destinada ao Contratado, devidamente assinada pelo Contratante, será disponibilizada por correio eletrônico, na forma do item antecedente, ou para retirada no Paço Municipal a partir de 05 (cinco) dias após o protocolo da entrega das vias originais prevista no item anterior.

18.2. Para a assinatura do contrato este deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante apresentação do contrato social e procuração, na hipótese de nomeação de procurador, e cédula de identidade do representante.

18.3. O prazo para a assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

18.4. Como condição para assinatura do contrato, o adjudicatário deverá manter as mesmas condições de habilitação

18.5. Quando a licitante convocada não assinar o contrato no prazo e nas condições estabelecidos ou não entregar o objeto do contrato no prazo determinado na ordem de compra (quando inexistir contrato nas hipóteses legais), poderá ser convocada outra licitante para assinar o contrato ou entregar o objeto (quando inexistir contrato nas hipóteses legais), promovendo a verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, obedecida a ordem de classificação, podendo inclusive o Pregoeiro negociar diretamente com o proponente para que seja obtido menor preço, ou revogar a presente licitação (Art. 64, § 2º da Lei Federal nº. 8.666/93).

18.6. O proponente ou contratado fica obrigado, no prazo de validade da proposta ou contrato a aceitar, os acréscimos que se fizerem necessário, de até 25%



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



(vinte e cinco por cento) do valor inicial da proposta, atualizado nos termos da legislação pertinente.

19. PRAZOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO, VIGÊNCIA DO CONTRATO.

19.1. O Prazo de execução será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contado da assinatura do Contrato sendo que a Vigência da Apólice inicia às 24h00min da data da assinatura do contrato.

19.2. O prazo de Vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura do contrato.

19.3. O Presente Contrato poderá ser prorrogado por até igual período, limitado ao prazo de 60(sessenta) meses, de acordo com a aplicação do artigo 57, II, da Lei 8.666/93; podendo ainda, ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que haja comunicação por escrito, com antecedência de trinta (30) dias.

20. DO REAJUSTE DOS PREÇOS

20.1. Os preços inicialmente propostos serão fixos e irreajustáveis durante a prestação de serviços e o fornecimento do objeto da presente licitação, salvo na ocorrência da hipótese do art. 65, inc. II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93.

20.1.1. Os valores consignados no Contrato, em relação à prestação de serviço, poderão ser corrigidos anualmente, observando o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, pela variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, adotando-se a seguinte fórmula de cálculo: $Pr = P + (P \times V)$; onde: Pr = preço reajustado, ou preço novo; P = preço atual (antes do reajuste); V = variação percentual obtida na forma do item 1 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

20.1.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.1.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

20.1.4. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorrogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

20.1.5. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

20.1.6. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



21. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Apólice e Boleto Bancário.

21.1.1. Serão pagos apenas os valores relativos ao fornecimento dos serviços efetivamente realizados, respeitando-se a tramitação de regular documentação.

21.1.2. Na presente licitação:

a) Não haverá antecipações de pagamentos, não se aplicando descontos;
b) Não haverá exigência de seguros, mas a CONTRATANTE poderá reter, do montante a pagar, valores para assegurar o pagamento de multas, indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA.;

c) No caso de atraso de pagamento, desde que o CONTRATADO não tenha concorrido de qualquer forma para tanto, será aplicada compensação financeira e penalização, com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), calculado pela fórmula: $CFP = I \times N \times VP$, onde: CFP = compensação financeira/penalização devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = SELIC diária; e VP = Valor da prestação em atraso.

21.1.3. Não se aplica a este edital o pagamento e/ou reembolso de despesas referente a instalação e mobilização necessárias à execução do objeto.

21.2. Os serviços efetivamente realizados, nos prazos previstos, deverão ser devidamente atestados pela(s) Secretaria(s) solicitante(s), a qual compete verificar e conferir todos os demais requisitos atinentes ao serviço/produto.

21.3. Do pagamento a ser efetuado serão deduzidas as retenções que forem necessárias e previstas legalmente.

21.4. As Notas Fiscais de prestação de serviços deverão ser emitidas em nome de **Município de Maripá**, CNPJ: 95.583.571/0001-02, Rua Luiz de Camões, 437 – Centro, Maripá - PR – CEP 85.955-000.

21.5. As Notas Fiscais deverão constar à discriminação dos itens e o nº da Ordem de Compra/ nº do Contrato/ nº Pregão Eletrônico e Dados Bancários e outros dados que julgar convenientes, sem rasura e/ou entrelinhas.

21.6. As Notas Fiscais deverão ser emitidas, pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ, apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



21.7. A liberação do pagamento fica condicionada a apresentação de:

- a) Prova de Regularidade fiscal unificada RFB/PGFN para com a **Fazenda Federal**;
- b) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**), demonstrando situação regular da Empresa no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

21.8. O pagamento será efetuado ao(s) proponente(s) vencedor(es) desta licitação, via transferência eletrônica na conta Bancária de titularidade do contratado, **única e exclusivamente junto ao BANCO DO BRASIL S/A**, na agência de escolha do contratado, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência e a Conta Corrente **ou através de Boleto de qualquer banco**.

21.8.1. O(s) proponente(s) vencedor(es) desta licitação que não atender(em) os requisitos do item anterior, o mesmo deverá(ão) arcar com os custos relativos as Transferências Eletrônicas de Disponíveis (TED/DOC) para instituições bancárias diversas, sendo o custo da transferência descontado do valor a ser pago.

21.9. Os recursos financeiros para cumprimento desta Licitação originam-se do Tesouro Municipal e programas governamentais, correndo à conta da seguinte dotação orçamentária:

Ano	Órgão	Unidade	Funcional	Ação	Elemento	Vínculo
2023	2	1	0004.0122.0002	2004	3339039690300000000	0
2023	2	7	0012.0361.0003	2013	3339039690300000000	103
2023	2	7	0012.0361.0003	2014	3339039690100000000	104
2023	2	7	0013.0392.0004	2021	3339039690300000000	0
2023	2	7	0027.0812.0006	2022	3339039690100000000	0
2023	2	7	0027.0812.0006	2022	3339039690300000000	0
2023	2	8	0010.0301.0013	2023	3339039690200000000	494
2023	2	8	0010.0301.0013	2024	3339039690200000000	494
2023	2	8	0010.0301.0013	2027	3339039690200000000	0
2023	2	8	0010.0304.0013	2028	3339039690200000000	795
2023	2	8	0010.0305.0013	2029	3339039690200000000	795
2023	2	9	0015.0452.0005	2031	3339039690300000000	0
2023	2	9	0026.0782.0005	2032	3339039690300000000	0
2023	2	10	0004.0122.0002	2033	3339039690300000000	0
2023	2	10	0008.0244.0007	2036	3339039690300000000	0
2023	2	10	0008.0243.0008	6003	3339039690300000000	0
2023	2	12	0020.0608.0015	2048	3339039690300000000	0

21.10. A atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, poderão ser calculados com base no número de dias de atraso, compreendidos entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, utilizando-se o ÍNDICE



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA, caso o atraso seja de exclusiva responsabilidade do Município.

21.11. O cronograma de desembolso máximo será executado em parcela única, observado os termos do item 21.1 e seguintes deste Edital.

22. DAS SANÇÕES E PENALIDADES

22.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não assinar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação ou declaração falsa, ou documentação exigida para celebração do contrato/ata de registro, não manter a proposta, falhar ou fraudar o fornecimento do objeto adquirido, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas do edital e no contrato e nas demais cominações legais.

22.2. Em caso de atraso injustificado no cumprimento da entrega dos produtos/serviços, bem como por inadimplemento das cláusulas contratuais, poderá ser aplicada à contratada multa moratória de valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos percentuais), sobre o valor do produto/serviço não entregue, por dia de atraso, até o 10º (décimo) dia, limitada a 2% do valor total relativo, corrigido monetariamente até o adimplemento da obrigação pactuada. O atraso superior a 10 (dez) dias, configurará inadimplência da Contratada, e para correção monetária será utilizado o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA.

22.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do objeto contratual que acarrete rescisão do contrato ou instrumento equivalente, ao Município de Maripá, poderá ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

22.4. Poderão ser aplicadas ainda as penas de advertência e, conforme o caso, declaração de inidoneidade previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, atendidas as formalidades legais.

22.5. A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilidade do licitante por eventuais perdas ou danos causados ao Município de Maripá.

22.6. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

22.7. Se o valor da multa não for pago, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito na dívida ativa do município, e cobrado na forma da Lei.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262
e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 95.583.571/0001-02



23. FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

23.1. Os Serviços serão coordenados e fiscalizados por servidores designados pela(s) Secretaria(s) Solicitante(s).

23.1.1. Os Serviços que apresentarem problemas e ou defeitos serão rejeitados, ou por estar em desacordo com as especificações constantes neste Edital e Termo de Referência, no todo ou em parte, obrigando-se a CONTRATADA a efetuar o refazimento do(s) serviço(s), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação. Nesse caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício de contagem dos prazos.

23.1.2. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre especificações pré-fixadas e o serviço efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

23.2. A fiscalização da execução dos serviços licitados será exercida por prepostos da contratante, devidamente designados aos quais competirão acompanhar, controlar e avaliar a qualidade dos serviços, bem como dirimir as dúvidas que surgirem no seu curso, designado nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93.

23.3. A fiscalização de que trata os itens anteriores não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, seja por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de inferior qualidade, inexistindo em qualquer circunstância, a co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o artigo 70, da Lei 8.666/93.

23.4. O recebimento provisório do objeto, para a verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado ao receber a apólice de seguro.

23.5. O recebimento definitivo será realizado após o recebimento provisório.

23.6. No ato de entrega do objeto, o fornecedor deve apresentar documento fiscal válido correspondente ao fornecimento.

23.7. Todos os objetos entregues no recebimento deverão apresentar o mesmo padrão de qualidade, resistência e funcionalidade, seguindo exatamente as especificações técnicas conforme anexo do Edital.

23.8. O objeto apresentado deverá possuir etiqueta permanente de identificação do fabricante, quando for o caso, contendo o nome do fabricante, além de estar acompanhado do manual de instruções e do Certificado de Garantia do Fabricante.

23.9. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os equipamentos, bens ou serviços foram entregues em desacordo com a proposta ou com a amostra,



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



com vício, fora de especificação ou incompletos, o fornecedor será notificado por escrito.

23.10. A CONTRATADA deverá efetuar a troca, substituição ou refazimento do(s) produto(s), bens ou serviços, no prazo definido no edital, a contar do recebimento da solicitação.

23.11. Nesse caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício de contagem dos prazos.

24. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

24.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “Prática corrupta”: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem, com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

24.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do contrato financiado pelo organismo.

24.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

25. OBRIGAÇÕES DAS PARTES:

25.1. DO CONTRATANTE (MUNICÍPIO):

- a) O Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente objeto, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.
- c) Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- d) Providenciar os pagamentos à Contratada a vista das Notas Fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados.
- e) Emitir a ordem de compras, quando for o caso;
- f) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do objeto;
- g) Receber o objeto, conforme edital e objeto;
- h) Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção;
- i) Fornecer à Contratada toda a documentação, que deverá constar na Apólice a ser contratada, em especial as relativas aos itens de contratação do Termo de Referência

25.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (LICITANTE):

- a) Fornecer o objeto desta licitação nas especificações contidas neste Edital e Pedido de Compra;
- b) Prestar os serviços no prazo e locais previstos no referido Edital;
- c) Comunicar a contratante, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir na execução do objeto deste Edital;
- d) Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) Não transferir a outrem, total ou parcialmente, as responsabilidades a que está obrigada por esta Licitação, sem prévio assentimento da Contratante;
- f) Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, inclusive, impostos, fretes e outros;
- g) A contratada deverá cumprir integralmente com as obrigações contidas no Termo de Referência do Edital de licitação e da proposta de preços apresentada;
- h) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- i) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto;



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



- j) Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77, da Lei Federal nº. 8.666/1993.
- k) Disponibilizar e manter as condições (gerais e particulares) do seguro de acordo com as disposições legais e normas da Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda — SUSEP;
- l) Emitir e entregar a Apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da publicação do contrato;
- m) Indenizar o Município de Maripá, em caso de sinistro, até o total da importância segurada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a entrega de toda documentação;
- n) A contratada fica nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, obrigada a aceitar os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

26. DO SIGILO E DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

26.1. A CONTRATANTE / LICITANTE, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento desse processo, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, sendo certo que se adaptará, inclusive, à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

26.2. A CONTRANTE e LICITANTE se obrigam ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados ao sigilo profissional.

26.3. As partes se obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste Contrato, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.

26.4. A CONTRATANTE e a LICITANTE se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente processo, sendo terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes.

26.5. O Município de Maripá não será, em qualquer hipótese, responsabilizado pelo uso indevido por parte da LICITANTE e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



26.6. A CONTRATANTE não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao Município de Maripá, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

26.7. O Município de Maripá não irá compartilhar nenhum dado das pessoas naturais, salvo as hipóteses expressas da Lei nº 13.709/2018, que permitem o compartilhamento sem consentimento do titular.

26.8. O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência do presente processo.

26.9. Eventuais violações externas que atinjam o sistema de proteção do Município de Maripá, serão comunicadas aos titulares, bem como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

27. DISPOSIÇÕES FINAIS

27.1. O Município de Maripá poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público, derivada de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou mediante provocação de terceiros mediante ato escrito e fundamentado. O Município poderá ainda prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, sem que aos interessados caiba indenização de qualquer espécie.

27.1.1. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

27.1.2. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

27.1.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

27.1.4. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

27.1.5. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

27.1.6. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



27.1.7. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Maripá.

27.2. As normas que disciplinarem este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da Contratação.

27.3. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, no interesse público, poderão relevar omissões puramente formais, desde que não reste infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

27.4. Será(ão) lavrada(s) ata(s) dos trabalhos desenvolvidos em ato público de abertura dos envelopes, a(s) qual(is) será(ao) assinada(s) pelo Pregoeiro.

27.5. É facultado ao licitante formular protestos consignando em ata dos trabalhos para prevenir responsabilidade, prover a conservação ou ressalva de seus direitos ou para simplesmente manifestar qualquer intenção de modo formal.

27.6. O Pregoeiro e/ou Autoridade Superior, na forma do disposto no §3º, do art. 43, da Lei 8.666/93, se reserva o direito de promover qualquer diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.

27.7. Até a assinatura do instrumento contratual, poderá o licitante vencedor ser excluído da licitação, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se a contratante tiver conhecimento de qualquer fato ou circunstância superveniente, anterior ou posterior ao julgamento desta licitação, que desabone sua idoneidade ou capacidade financeira, técnica ou administrativa.

27.8. Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de quaisquer documentos relativos a esta licitação.

27.9. Os casos omissos serão resolvidos à luz da legislação, jurisprudência e doutrina aplicável, e dos princípios gerais de direito.

27.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

27.11. Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela pregoeira.

27.12. As licitantes devem acompanhar rigorosamente todas as fases do certame e as operações no sistema eletrônico, inclusive mensagem via chat, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada ou emitida pelo Sistema ou de sua desconexão, bem como será responsável pela apresentação dos documentos solicitados nos prazos previstos.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



27.13. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

27.14. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Maripá, exceto quando explicitamente disposto em contrário.

27.15. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial do Município de Maripá/PR e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico no endereço <http://www.maripa.pr.gov.br>.

27.16. O resultado da licitação será divulgado pelo Portal COMPRASNET através do site <http://www.comprasgovernamentais.gov.br> e no site do Município <http://www.maripa.pr.gov.br>.

27.17. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização do Pregão, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.18. É obrigação da proponente observar e acompanhar rigorosamente os editais, todas as fases do certame e comunicados oficiais divulgados conforme item anterior, ler e interpretar o conteúdo destes, desobrigando totalmente o órgão licitador, por interpretações errôneas ou inobservâncias.

27.19. A proponente deverá indicar à Pregoeira todos os meios de contato (telefone/endereço eletrônico (e-mail)), para comunicação, e obriga-se a manter os dados devidamente atualizados durante todo o decurso processual. Será de sua inteira responsabilidade o retorno imediato de todos os atos comunicados, os quais serão considerados recebidos, não lhe cabendo qualquer alegação de não recebimentos dos documentos.

27.20. Incumbirá ao Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico, sendo responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem enviada e emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.

27.21. Caso o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de lances da sessão pública, e permanecendo acessíveis aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem o prejuízo dos atos realizados.

27.22. Se a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e só poderá ser reiniciada após decorrido, no mínimo 24h (vinte e quatro horas), após a comunicação do fato aos participantes em campo próprio no sistema eletrônico.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



27.23. CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO SERÁ SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELA PREGOEIRA VIA CHAT.

27.24. Não havendo expediente, ocorrendo qualquer fato superveniente, ou mesmo indisponibilidade no Sistema Comprasnet que impeça a realização do certame na data e horário marcado, a sessão pública será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no horário estabelecido neste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

27.25. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

27.26. Os casos omissos serão resolvidos pela Pregoeira.

28. DO FORO COMPETENTE

28.1. O Foro competente para dirimir quaisquer questões oriundas desta licitação é o da Comarca de Palotina, Estado do Paraná, com renúncia prévia e expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Licitação Autorizada em 08 de maio de 2023

Rodrigo André Schanoski
PREFEITO – MARIPÁ/PR



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

Pregão Eletrônico n.º 031/2023

Considerando a necessidade do Município de Maripá, em viabilizar o desempenho das atividades deste órgão, o presente procedimento tem por finalidade a **Contratação Seguradora(s) para realizar seguros de Veículos pertencentes a frota do Município de Maripá/PR**, conforme condições específicas e valores constantes abaixo:

➤ 1. Descrição dos Serviços e demais informações:

ITEM AMPLA CONCORRÊNCIA

para Companhias Seguradoras (art. 122 do Decreto-Lei nº. 73/66)

Lote	Descrição do Lote	Valor Max Lote (R\$)
1	Seguro - VEÍCULOS COM COBERTURA TOTAL, RCF, APP COM DMHO, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS COM GUINCHO 250KM, COBERTURA DE VIDRO TOP PLUS	36.624,58
2	Seguro - VEÍCULOS COM RCF, APP COM DMHO E COBERTURA DE VIDRO TOP PLUS	43.816,72
Valor Máx. Total Geral (R\$)		80.441,30

OBS: Havendo qualquer discordância entre a descrição e a unidade de medida do CATMAT e a do Edital, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante no Edital.

Os veículos a serem assegurados e as coberturas seguem no anexo I-A deste.

O seguro Compreende:

Lote 1 - VEÍCULOS COM COBERTURA TOTAL, RCF, APP COM DMHO, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS COM GUINCHO 250KM, COBERTURA DE VIDRO TOP PLUS

- Indenização Integral (danos, roubo, incêndio): 100,00% da tabela FIPE;
- Perda Parcial do Veículo: 100,00% da tabela FIPE;
- Danos Materiais a Terceiros: 300.000,00
- Danos Corporais a Terceiros: 300.000,00 ou 400.000,00, conforme o item
- Danos Morais: 50.000,00
- APP com DMHO por passageiro e tripulantes: 50.000,00
- Assistência 24 horas com Guincho e Taxi 250km
- Cobertura de Vidros - Top Plus (vidros, Lanternas, Faróis e Retrovisores
- Franquia Reduzida 50%



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



Lote 2 – Seguro para veículo com itens para cobertura RCF, APP com DMHO e Cobertura de Vidros TOP Plus compreende:

- Danos Materiais a Terceiros: 300.000,00
- Danos Corporais a Terceiros: 300.000,00 ou 400.000,00, conforme o item
- Danos Morais: 50.000,00
- APP com DMHO por passageiro e tripulantes: 50.000,00
- Cobertura de Vidros - Top Plus (vidros, Lanternas, Faróis e Retrovisores
- Franquia Reduzida 50%

O seguro deverá cobrir, no mínimo, os riscos derivados da circulação do veículo segurado, as despesas indispensáveis ao salvamento e transporte do veículo até a oficina autorizada pelo fabricante do veículo, localizada no Município de Maripá ou no estado do Paraná, e as indenizações ou prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas de seguro, conforme segue:

- a) Roubo ou furto total, bem como os danos causados por tentativa de roubos ou furto, incluindo os vidros.
- b) Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto esteve em poder de terceiros.
- c) Colisão com veículos, pessoas ou animais, capotamento e abalroamento.
- d) Raio e suas consequências.
- e) Incêndio e explosão, ainda que resultantes de atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros.
- f) Queda em precipícios ou de pontes e queda de agentes externos sobre o veículo.
- g) Acidente durante o transporte do veículo por meio apropriado.
- h) Submersão total ou parcial em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive quando guardado em subsolo.
- i) Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais);
- j) Acidente Pessoal (APP – Morte ou Invalidez), Cobertura total quando for o caso.
- k) Granizo.
- l) Acessórios não referentes a som e imagem, exceto os originais de fábrica.

Valor de Mercado Referenciado

- a) Em caso de indenização integral, o valor pago deverá ser tomado como base na tabela do ANEXO I, a qual expressa valores de mercado com base na publicação da tabela FIPE. Os valores serão atualizados conforme novas publicações da tabela FIPE.
- b) Em caso de extinção ou interrupção da publicação da tabela FIPE, a tabela substituta será a tabela MOLICAR, divulgada pelo site www.molicar.com.br, com o mesmo percentual, vedada a utilização de qualquer outra tabela.
- c) Tratando-se de sinistro envolvendo veículos zero quilômetro, o valor será determinado com base no valor do veículo novo por um prazo não inferior a 90 (noventa) dias a contar da data de seu recebimento pelo Município, independentemente da quilometragem rodada no período.
- d) Entende-se por valor de veículo novo, o valor do veículo zero quilômetro constante da tabela de referência quando da liquidação do sinistro.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



Cobertura adicional de assistência 24 horas, com os seguintes serviços mínimos:

- a)** chaveiro.
- b)** assistência dia e noite (24 horas) com socorro mecânico cobertura de guincho para distância de até 250 km.
- c)** guincho para distância de até 250 km.
- d)** transporte da pessoa segurada por imobilização do veículo segurado.
- e)** transporte das pessoas seguradas por roubo ou furto do veículo.

A seguradora não indenizará prejuízos decorrentes de:

- a)** perdas ou danos decorrentes direta ou indiretamente de: atos de hostilidade, de terrorismo, de guerra, rebelião, insurreição, revolução, confisco, nacionalização, destruição ou requisição provenientes de qualquer ato de autoridade de fato ou direito, civil ou militar, e em geral todo e qualquer ato ou consequência dessas ocorrências;
- b)** perdas ou danos decorrentes direta ou indiretamente de: tumultos, vandalismo, motins, greves, "lock-out", e quaisquer outras perturbações de ordem pública;

DA VIGÊNCIA

- a)** O prazo de vigência da presente licitação é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da assinatura do contrato, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos e limitados a 60 (sessenta) meses, conforme art. 57, inciso II da Lei Federal 8.666/93.
- b)** A Vigência da Apólice inicia às 24h00min da data da assinatura do contrato.

DA FRANQUIA

O pagamento da franquia considerará os itens a seguir:

- a)** A franquia não deverá ser objeto de classificação das propostas, que serão avaliadas exclusivamente em função dos preços propostos (prêmio).
- b)** Os valores das franquias deverão constar obrigatoriamente nas propostas e na apólice, não devendo exceder o percentual de 10% do valor de mercado do veículo, devendo, para isso, serem consideradas as informações e detalhes constantes no ANEXO I, podendo ser ofertada, de acordo com análise por veículos e seus devidos bônus, franquias de valores menores.
- c)** Os valores de franquias considerados especificamente para ocorrência de sinistros com substituições unicamente de itens como para-brisas frontais, retrovisores, faróis e lanternas não deverá exceder o limite máximo de R\$ 100,00 (cem reais), não sendo cumulativas.
- d)** A franquia de que trata este item será aplicada de acordo com a quantidade de peças sinistradas.
- e)** Assim, por exemplo, se houver a quebra simultânea de um farol e uma lanterna, será cobrada uma franquia para o farol e outra para a lanterna.
- f)** Havendo sinistro com a necessidade específica de substituição de vidros laterais e traseiros, troca de lente de retrovisores e reparo em trincas de para-brisas, a CONTRATADA não cobrará franquia para esses serviços.
- g)** Em caso de Sinistro de Perda Parcial, o valor referente à franquia deverá ser pago pelo Município, à CONTRATADA.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



h) Não haverá cobrança de franquia em caso de Indenização Integral ou danos causados por incêndio, queda de raio e/ou explosão.

O valor da franquia de cada veículo deverá ser expresso em moeda corrente nacional na PROPOSTA FINAL da CONTRATADA.

DA APÓLICE

A emissão deverá resultar em uma única apólice para cada lote, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para a CONTRATANTE.

Deverá constar na apólice:

- a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações.**
- b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação**
- c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso de cobertura total**
- d) Prêmios discriminados por cobertura.**
- e) Limites de indenização por cobertura, conforme valores constantes da tabela do ANEXO I, sendo que para Acidentes Pessoais de Passageiros (APP) considera-se.
I – Valor para indenização morte por pessoa: 50.000,00 (cinquenta mil reais);
II - Valor para indenização invalidez por pessoa: 50.000,00 (cinquenta mil reais).**
- f) Bônus, quando houver, observando os valores do ANEXO I**
- g) Franquia aplicável, observando os valores do ANEXO I**
- h) A apólice deverá ser disponibilizada para a CONTRATANTE, em meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da emissão da nota de empenho.**
- i) Após a disponibilização da referida apólice, a CONTRATANTE terá o prazo de até 15 (quinze) dias para verificação da sua conformidade e posterior confirmação de validade.**
- j) Para a inclusão por endosso ou para correção de dados, como placa de veículos, classe de bônus, entre outros, a CONTRATADA disporá de até 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.**
- k) A inclusão e/ou correções de que trata o item anterior poderá também, a qualquer tempo, ser realizada pelo Departamento de Patrimônio do Município.**
- l) O fato de a seguradora deixar de disponibilizar a apólice no prazo estipulado não invalida a aplicação, dentro do prazo e termos previstos nesta contratação, da cobertura deste serviço em ocorrências de sinistros e/ou problemas correlatos bem como a aplicação das penas previstas em lei pelo referido atraso.**

DA AVARIA

- a) Caso haja alguma avaria preexistente e qualificada na vistoria de contratação do seguro, isto não será impeditivo para contratação, sendo, porém, estas avarias excluídas da cobertura do seguro em caso de sinistro de Perda Parcial.**
- b) Após procedimento de recuperação pelo Município, durante a vigência do seguro, este deverá submeter o veículo a uma nova vistoria para exclusão da 'Cláusula de Avaria'.**
- c) Avarias preexistentes não serão consideradas em caso de Indenização Integral.**



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262
e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 95.583.571/0001-02



- d) Caso a seguradora deixe de realizar a vistoria prévia, será desconsiderada qualquer cláusula de avaria posterior, assumindo assim a responsabilidade, a partir da contratação, de acordo com objeto deste seguro.

DO AVISO DE SINISTRO

- a) A CONTRATADA deverá colocar à disposição da CONTRATANTE, 24 (vinte e quatro) horas por dia durante 7 (sete) dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro.
- b) A central poderá funcionar por e-mail, telefone ou serviço online, com acessibilidade em todo o território nacional.
- c) Após registro de sinistro, por um dos meios acima elencados, a CONTRATADA terá, no máximo, 5 (cinco) dias, a contar da data do registro, para realizar a vistoria no veículo e proceder à liberação do serviço a ser executado.
- d) Havendo a necessidade de reboque, a CONTRATADA deverá atender em um prazo máximo de 3 (três) horas, após o aviso de sinistro.

DOS BÔNUS

- a) A licitante vencedora, independentemente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os bônus estabelecidos em cada veículo.

DO ENDOSSO

- a) Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição e exclusão de veículos, na apólice poderão ser solicitadas pelo Município e processadas pela seguradora, mediante endosso.
- b) Poderá ser solicitada, mediante emissão de endosso, correção de nome do segurado, endereço, local de permanência e unidade da federação para utilização do veículo, chassi e placas dos veículos emitidos erroneamente, entre outras necessidades referentes ao objeto desta contratação, durante o período da vigência da apólice.
- c) A emissão de Endosso não deverá ser superior ao prazo de 15 (quinze) dias, a contar de pedido expresso pela respectiva unidade fiscalizadora do contrato.
- d) O pedido de endosso referente às secretarias municipais, em qualquer tempo, poderá também ser realizado pelo Departamento de Patrimônio do Município.

SALVADOS

- a) Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.
- b) É de inteira responsabilidade da seguradora contratada providenciar a transferência dos referidos salvados e o devido encerramento de registro em nome da CONTRATADA junto aos órgãos pertinentes.

REGULAÇÃO DE SINISTRO

- a) Ocorrendo sinistro, a seguradora deverá realizar o exame das causas e as circunstâncias no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para caracterizar o risco, suas consequências e concluir sobre a cobertura.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



- b) Decorrido o prazo estabelecido acima e, caso não haja pronunciamento por parte da seguradora, o Município poderá autorizar a realização de correção do dano, devendo a seguradora arcar com o ônus da execução integralmente.
- c) Não será fixado prazo para comunicação de sinistro podendo ser realizado a critério do Município.
- d) Ocorrendo sinistro que resulte em pagamento de indenização parcial, a reintegração será automática sem cobrança de prêmio adicional.
- e) Em caso de sinistros em que o veículo aceite recuperação, a escolha da oficina para execução do serviço ficará a cargo da CONTRATADA.
- f) O prazo máximo para as indenizações decorrentes de sinistro não poderá ser superior a 30 (trinta) dias do aviso de sinistro.
- g) Não havendo o pagamento no prazo estabelecido no item anterior incidirá sobre o valor da indenização: a) multa de 2% (dois por cento); b) correção monetária pelo IPCA/IBGE e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, sem prejuízo de perdas e danos e outras penalidades previstas em lei.

DA INDENIZAÇÃO

- a. Todas as despesas de salvamento durante e após a ocorrência de um sinistro correrão, obrigatoriamente, por conta da CONTRATADA.
- b. Os danos materialmente comprovados, causados pela seguradora ou por terceiros, na tentativa de evitar o sinistro ou minorar o dano ou salvar a coisa serão de total responsabilidade da seguradora.
- c. Na ausência de cobertura específica, deverá ser utilizado até a totalidade do limite máximo da garantia contratada para cobrir despesas de salvamento e os danos materiais comprovadamente causados pelo Município e/ou por terceiros na tentativa de evitar o sinistro, minorar o dano ou salvar a coisa.

DA INDENIZAÇÃO INTEGRAL

- a) Será caracterizada a indenização integral quando os prejuízos, resultantes de um mesmo sinistro, atingirem ou ultrapassarem a quantia de 75% (setenta e cinco por cento) do valor referenciado.
- b) Em caso de indenização integral a seguradora não poderá deduzir, do valor referenciado, valores concernentes a avarias previamente constatadas.
- c) Na liquidação de sinistros por indenização integral, o documento de transferência de propriedade do veículo deverá ser previamente preenchido com os dados da proprietária do veículo e da sociedade seguradora.

DA INCLUSÃO

- a) Havendo a necessidade de inclusão ou substituição de veículo(s), durante o período da vigência da apólice, a CONTRATADA deverá fornecer, previamente, orçamento que contemple o valor do prêmio total e franquia referente a cada veículo a ser incluso, considerando para isso, a proporcionalidade dos valores ofertados no certame que objetivou esta contratação.

DA EXCLUSÃO



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262
e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 95.583.571/0001-02



- a) Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:
- $$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$
- X = Valor anual do prêmio por veículo;
12 = Número de meses;
Y = Valor mensal do prêmio por veículo;
Z = Número de meses restantes para o término da apólice;
VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.
- b) O valor de Z, número de meses restantes para o término da apólice, será obtido considerando a data a partir da comunicação realizada pelo Município. Esta comunicação poderá ser realizada por meio de correspondência eletrônica com confirmação de entrega e recebimento ou via carta com aviso de recebimento.
- c) Considera-se mês, para efeito deste cálculo, período superior a 15 dias.
- d) A devolução, encontrada no resultado de VT, deverá ser realizada mediante impressão e pagamento por depósito em conta bancária, devendo a empresa enviar recibo, devidamente quitado, ao Município.
- e) Uma vez paga a indenização integral, os salvados passam a ser de inteira responsabilidade da seguradora.

Justificativa da formulação de preço: Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade da solução, foram verificados os seguintes parâmetros, com base no Decreto Municipal 060, publicado em 11/04/2023 no Diário Oficial Eletrônico do Município de Maripá:

I - Preço Praticado da Própria Administração:

Inicialmente verificou-se os valores praticados pelo Município de Maripá, sendo verificado que os valores praticados na renovação dos contratos nº 056/2018 e 067/2018 sendo realizada a correção do valor pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

II - Painel de Preços:

Foram realizadas pesquisas no referido Painel, aplicando-se os filtros “Descrição: Corretagem-seguros; UF:PR; Ano da compra -2023; Modalidade da Compra: Pregão” encontrados somente o Município de Nova Prata do Iguaçu o qual realizou o processo por item, assim não foi possível utilizar média ou mediana, pois não há uma padronização dos itens.

III – Contratações/aquisições similares de outros entes públicos:

O Processo do Município de Nova Prata do Iguaçu não pode ser utilizada como parâmetro no inciso II do art 5º do Decreto 060.2023, mas foi utilizado no Inciso III após retirado Edital no Portal de transparência do Município.

Através de consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) foi encontrado o Pregão Eletrônico 001/2023 do CRECI-RS.

Através de consultas no Portal do TCE PR, Sistema de Cadastro de Licitações Municipais Relatório Mural de Licitações, utilizamos o Filtro 2023, Seguro, onde conseguimos vários resultados e assim realizamos uma análise em relação ao objeto pretendido e o informado pelos órgãos do Estado.

Assim foi acessado os Portais de Transparência dos seguintes municípios e processos: Município de Francisco Beltrão PE 037/2023 (lote), Município de Palotina PE 012/2023 (por Item), Município de Pato Branco PE 027/2023 (por Lote), Município de Salto do Lontra PE 020/2023 (por Item), Município de Sertanejo PE 002/2023 (por Item), Município de Realeza PE 049/2023 (por lote) e Município de Andirá PE 019/2023 (por item).

IV - Pesquisa direta com fornecedores:



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



Foi encaminhado solicitação de orçamento há duas corretoras que atualmente tem vínculo com o município através de contratos se seguros como intermediária.

O qual obtivemos somente o retorno de uma delas GENTE SEGURADORA S.A. porém após um comparativo com os valores dos seguros praticados pela administração de Maripá e demais órgão públicos a proposta apresentada esta muito acima do praticado, ficando assim desconsiderada.

V - Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de **tabela de referência** formalmente aprovada pelo Poder Executivo de qualquer ente federativo e de **sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo**):

Não foi utilizada esta forma de pesquisa pois já existem no mínimo, 4 (quatro) referências de preço, obtidos conforme incisos I a III do art. 5ª do decreto 060/2023, conforme regras do art. 6º do Decreto Municipal de formação de preços.

VI - preços obtidos em pesquisa na base nacional ou regional de notas fiscais eletrônicas, ou no aplicativo Notas Paraná:

Não foi utilizada esta forma de pesquisa pois já existem no mínimo, 4 (quatro) referências de preço, obtidos conforme incisos I a III do art. 5ª do decreto 060/2023, conforme regras do art. 6º do Decreto Municipal de formação de preços.

Desta forma, foi realizado uma análise crítica dos preços coletados, verificando a razoabilidade da aferição do preço médio, com a desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados. Realizada média aritmética entre as referências coletadas e verificado se as referências utilizadas destoaram além de 30%, tanto para mais como para menos.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



ANEXO I-A - VEÍCULOS E COBERTURAS

Lote 1 - VEÍCULOS COM COBERTURA TOTAL, RCF, APP COM DMHO, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS COM GUINCHO 250KM, COBERTURA DE VIDRO TOP PLUS

item	Veículos	Marca	Ano	Placa	Secretaria	Nº de Passageiros	Cor	Chassi
1	Cruze LT NB GM 1.8, Prata	Chevrolet	2014	AYH 7763	1 Governo	5	Prata	9BGPB69M0EB249360
2	Meriva Flex 5P- 1.4 Prata	Chevrolet	2011	ALF 8457	7 Educação	5	Prata	9BGLX75X0BC225792
3	Spin/GM 1.8L AT LTZ, Minivan, Prata	Chevrolet	2014/2015	AYW 5947	7 Educação	7	Prata	9BGLX75X0BC225792
4	Celta 1.0 Flexpower Prata	Chevrolet	2011/2012	AUF 6284	7 Educação	5	Prata	9BGRP48F0CG200149
5	Master Extra Vitr L3H2, Prata	Renault	2018/2019	BCO 5629	7 Educação	16	Branca	93YMAF4XKJ644655
6	Montana 1.4 conquest, Branca	Chevrolet	2008/2009	AQW 6358	8 Saúde	2	Branca	9BGLX80809C157163
7	Uno Milie Economy, Hatch, Branco	Fiat	2013	AXP 8141	8 Saúde	5	Branca	9BD15822AD8885399
8	Uno Attractive 1.0 Branco	Fiat	2015/2017	BAD 4182	8 Saúde	5	Branca	9BD195A4ZG0736970
9	Onix 1.4MT LT, Branco	Chevrolet	2013/2014	AXI 1048	8 Saúde	5	Branca	9BGLX48LOEG161886
10	Master Grand Furgão L2H2 2.3 (AMBULANCIA)	Renault	2017/2018	BBN 6701	8 Saúde	3	Branca	93YMAFEXCJ789903
11	Ducato (AMBULANCIA)	Fiat	2014/2015	AZA 9873	8 Saúde	3	Branca	93W245G34F2143666
12	Peugeot Boxer - Microônibus	Peugeot	2015/2016	BAE 8083	8 Saúde	16	Prata	93BZCVMCMG2155746
13	Gol Plus 1.0 MI, Branco	Volkswagen	2018/2019	BCF 6786	8 Saúde	5	Branca	9BWA45U6KT003427
14	Gol Plus 1.0 MI, Branco	Volkswagen	2018/2019	BCF 6787	8 Saúde	5	Branca	9BWA45U6KT003427
15	Gol Plus 1.0 MI, Branco	Volkswagen	2018/2019	BCF 6788	8 Saúde	5	Branca	9BWA45U6KT003427
16	Van Sprinter 515K54A	Mercedes	2018/2019	BCG 1519	8 Saúde	21	Prata	8AC906657KE152471
17	Master 2.3 DCI Grand Furgão 16V (AMBULANCIA)	Renault	2018/2019	BCV 6819	8 Saúde	3	Branca	93YMAFEXCJ713675
18	Meriva 1.4 EconoFlex Joy, Prata	Chevrolet	2011	ACS 1356	9 Obras	5	Prata	9BGLX75X0BC225864
19	Montana LS 1.4 EconoFlex, Prata	Chevrolet	2011/2012	AKW 0024	9 Obras	2	Prata	9BGLX75X0BC225864
20	Master Furgão	Renault	2009/2010	ARY 1394	9 Obras	2	Branca	93YADCU6AJ273742
21	Onix 1.0MT LT, Prata	Chevrolet	2018/2018	BCC 8693	9 Obras	5	Prata	9BGLX48LOEG359629
22	Ducato Minibus	Fiat	2009	ASE 7264	9 Obras	16	Prata	93W245H34A2048843
23	Ducato Minibus	Fiat	2002	AKG 0319	9 Obras	15	Branca	93W23159121006091
24	Onix 1.4 MT LT/GM, Prata	Chevrolet	2016/2016	BAR 9875	10 Ass. Social - CRAS	5	Prata	9BGLX48ROGG301740
25	Prisma 1.4 MT LT 4 portas, Flex, Prata	Chevrolet	2018/2018	BCB 9707	10 Ass. Social	5	Prata	9BGLX69VOJG365662
26	Aircross GLX 1.6 flex, 16V 4 P, Branco	Citroen	2018/2019	BCX 7H39	10 Ass. Social - Cons. Tutelar	5	Branca	935SUNFN1KBS20041
27	Montana LS Ecoflex 2 P - 1.4 Prata	Chevrolet	2011/2012	AUH 5885	12 Agricultura	2	Prata	9BGLX48ROGG301740
28	Montana LS 1.4 EconoFlex, Prata	Chevrolet	2011/2012	AMY 4407	12 Agricultura	2	Prata	9BGLX48ROGG301740



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



item	Indenização Integral (danos, roubo, incêndio):	Perda Parcial do Veículo:	Danos Materiais a Terceiros:	Danos Corporais a Terceiros:	Danos Morais:	APP com DMHO por passageiro e tripulantes	Assistência 24 horas com Guincho e Taxi 250km	Cobertura de Vidros - Top Plus (vidros, Lanternas, Faróis, e Retrovisores)	Franquia Reduzida 50%	VALOR DO SEGURO (R\$)
1	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	790,05
2	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	692,65
3	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	887,82
4	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	618,49
5	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	2.781,03
6	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	688,58
7	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	611,26
8	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	633,63
9	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	666,33
10	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	2.585,49
11	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	2.912,13
12	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	2.546,71
13	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	905,97
14	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	905,97
15	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	905,97



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



16	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	2.730,30
17	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	3.190,03
18	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	692,44
19	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	692,62
20	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	1.746,64
21	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	200.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	731,92
22	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	200.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	2.048,50
23	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	2.027,70
24	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	701,26
25	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	797,25
26	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	750,25
27	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	691,78
28	100,00% da tabela FIPE;	100,00% da tabela FIPE;	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	X	691,81



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



Lote 2 - VEÍCULOS COM RCF, APP COM DMHO E COBERTURA DE VIDRO TOP PLUS

item	Veículos	Marca	Ano	Placa	Secretaria	Nº de Passageiros	Cor	Chassi
1	Onibus Escolar Of 1318	Mercedes	1989/89	AIT 4290	Educação	45	Azul	9BM384088KB37139
2	Onibus Escolar Comil Versatile I	Volkswagen	1998/99	AIL 1262	Educação	44	Branca	9BWWY2TJB4WVRB10576
3	Onibus Escolar InduscarFoz U	Volkswagen	2008/2009	AQX 8518	Educação	44	Amarelo	9BWR882W99R912821
4	Onibus Escolar InduscarFoz U	Volkswagen	2008/2009	AQX 8516	Educação	44	Amarelo	9BWR882W99R912664
5	Onibus Escolar 15.190	Volkswagen	2011/2012	AUY 9640	Educação	48	Amarelo	9532882W9CR222727
6	Onibus Escolar 1318	Mercedes	2014/2015	AZP 7H03	Educação	56	Amarelo	9BM384089FB9836327
7	Onibus Escolar Rural Volare V 8L 4X4	Marcopolo	2015	AZP 7H04	Educação	26	Amarelo	93PB58M1MFC054732
8	Onibus Escolar 15.190 EOD ORE	Volkswagen	2018/2018	BCQ 8594	Educação	56	Amarelo	9532E82W2KR911404
9	Onibus Escolar Caio LO 916 ORE	Mercedes	2018/2019	BCW 1F95	Educação	44	Amarelo	9BM979277KB118571
10	Micro Onibus Volare	Marcopolo	2006	ANK 6240	Educação	28	Prata	93PB12E3P6C017632
11	Caminhão pipa13130	Volkswagen	1984/1984	AEM 2305	Obras	3	Branca	V007343
12	Caminhão coletor de entulhos GM D70	Chevrolet	1974/1974	AEL 7469	Obras	3	Branca	D753DBR34571E
13	Caminhão Furgão	Agrale	2008/2008	APZ 6032	Obras	3	Branca	9BYC2462VB8C000955
14	Caminhão Toco Poliquindaste Cargo	Ford	2012/2013	AWE 0613	Obras	3	Branca	9BFXEB1B1DBS19027
15	Caminhão basculante 14150	Volkswagen	1993/1993	ADU 5227	Obras	3	Branca	9BWXTAEZ9ZPD803724
16	Caminhão Plataforma 14150	Volkswagen	1993/1993	ADU 5228	Obras	3	Branca	9BWXTAEZ1PDB03541
17	Caminhão Truck c/ caçamba Altron	Mercedes	2013/2013	AXU 6241	Obras	3	Branca	9BM693388DB930215
18	Caminhão Pipa Novo Alego	Mercedes	2016	BAQ 5586	Agricultura	3	azul	9BM95815GB031501
19	Caminhão Ford Cargo Truck	FORD	2009/2009	AGW 0216	Agricultura	3	Branca	9BFCEHV79BB3492
20	Caminhão Truck c/ caçamba, Cargo	FORD	2013/2013	AXX 1386	Agricultura	3	Prata	9BFYEAK03DBS55316
21	Caminhão Toco Guindaste Hidráulico Articulado	Agrale	2010/2011	ABL 5863	Agricultura	3	Branca	9BYC48A2ABC000599
22	Caminhão Topo C/Caçamba Altr	Mercedes	2016	BAT 5276	Agricultura	3	azul	9BM694000GB033658



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



item	Danos Materiais a Terceiros:	Danos Corporais a Terceiros:	Danos Morais:	APP com DMHO por passageiro e tripulantes	Cobertura de Vidros - Top Plus (vidros, lanternas, faróis, e Retrovisores)	Franquia Reduzida 50%	VALOR DO SEGURO (R\$)
1	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	2.346,07
2	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	2.349,54
3	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	2.349,53
4	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	2.349,53
5	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	2.353,71
6	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	2.463,77
7	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.531,42
8	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	2.366,57
9	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	2.464,11
10	300.000,00	300.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	2.139,13
11	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.682,15
12	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.682,67
13	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.806,84
14	200.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.691,06
15	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.682,15
16	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.682,15
17	200.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.898,19
18	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.756,49
19	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.885,60
20	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.898,19
21	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.681,36
22	300.000,00	400.000,00	50.000,00	50.000,00	X	X	1.756,49
							43.816,72



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



ANEXO II

Município de Maripá – PR.
Pregão Eletrônico n.º/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE (Lei Complementar 123/2006 e suas alterações)

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, com endereço _____, por intermédio de seu representante legal, o Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade RG n.º _____, emitido pela SSP/_____, e do CPF n.º _____, **DECLARA**, sob penas da Lei, que se enquadra como _____ (microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme o caso) nos termos do Artigo 3º *caput*, incisos I e II da Lei Complementar 123/2006 e suas alterações.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, _____ de _____ de 2023.

Nome completo e Assinatura do Representante Legal
RG/CPF
Função



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



ANEXO III

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Abaixo consta o modelo para apresentação da Proposta, que deverá ser apresentada em papel timbrado da proponente, datilografada ou impressa por computador, redigida em português de forma clara e objetiva, sem emendas ou rasuras, devidamente **datada e assinada** pelo titular ou seu representante legal.

PROPOSTA

À Comissão de Licitação

Município de Maripá – PR.

Ref.: Pregão Eletrônico/2023

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas. nossa proposta relativa **Contratação Seguradora(s) para realizar seguros de Veículos pertencentes a frota do Município de Maripá/PR**, conforme **Anexo I – Termo de Referência**, da licitação em epígrafe.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ n.º _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade RG n.º _____, emitido pela SSP/_____, e do CPF n.º _____, em atendimento ao disposto no acima mencionado Edital, encaminha a seguinte proposta:

Item	Qtde	U. M.	Descrição Mínima	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
1...	XX	XX		
Valor Total (R\$)					

Valor Global da Proposta: R\$(.....)

Prazo de Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de Entrega: Conforme Termo de Referência.

Dados Bancários: Banco: XXX – Agência: XXX-X – C/C: XXXXX-X

A apresentação da proposta implica automaticamente no conhecimento pleno e aceitação de todas as condições expressas no edital.

_____, _____ de _____ de 2023.

(carimbo, nome, RG n.º e assinatura do responsável legal)



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



ANEXO IV

Município de Maripá – PR.
Pregão Eletrônico n.º/2023

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Prezados Senhores:

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, através de seu representante legal infra-assinado, declara expressamente:

a) o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal;

b) que não está sujeita a qualquer impedimento legal e que não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas;

c) que não possui em seu quadro societário ocupantes de cargos eletivos de **Vereador** do Município de Maripá (Art. 19, I, alínea “a”, da Lei Orgânica Municipal¹), **Prefeito** do Município de Maripá (Art. 58, II, da Lei Orgânica Municipal)², Deputado Estadual, Governador, Deputado Federal e Senador ou Presidente da República.;

d) que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, tampouco sócio cotista ou dirigente que seja cônjuge, companheiro, parente em linha reta ou colateral, consanguíneo ou afim de servidor em cargo efetivo ou em comissão na entidade licitante, até o terceiro grau;

e) que todos os documentos anexados junto ao sistema COMPRASNET correspondem aos originais, sendo que em caso da inveracidade da declaração, responderá sob as penas da lei.

..... de 2023.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

¹ Art. 19. Os Vereadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviços públicos, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

² Art. 58. O Prefeito não poderá: (...)II – firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista ou com pessoas que realizem serviços municipais;



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



ANEXO VII

FORMULARIO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

Razão Social da proponente: _____,

Nº do telefone _____ Nº de fax da empresa _____,

Nome do representante legal **autorizado para assinatura do contrato, (aac),**

Função do representante legal, (aac), _____

Endereço do representante legal, (aac), _____

RG nº _____ Órgão emissor _____

CPF nº _____

E-mail _____

Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que o Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail:

Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do **Contrato**, referente ao Pregão Eletrônico n.º **Nº**/2023 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e Contrato.

_____, _____ de _____ 2023.

**Assinatura e Identificação do
Responsável Legal e da Empresa**

Obs.:Apresentar juntamente com a documentação de Habilitação (envelope 02)



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO Nº/2023

PROCESSO LICITATÓRIO N.º /2023

PREGÃO ELETRÔNICO N.º/2023

Contrato de Prestação de Serviços que entre si celebram o Município de Maripá e a empresa....., nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MARIPÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Luiz de Camões, 437, inscrita no CNPJ/MF nº 95.583.571/0001-02, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, **Rodrigo André Schanoski**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade/RG. nº 7.966.693-9, e inscrito no CPF/MF nº 036.429.759-09, e

CONTRATADA:, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na CEP neste ato representada por seu, Senhor, portador da Cédula de Identidade nº..... e do CPF/MF nº, residente e domiciliado na CEP, acordam e ajustam o presente contrato, nos termos da Lei N.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, suas alterações subsequentes e legislação pertinente, Licitação modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO N.º/2023** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, observações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO

1.1. Por disposição do presente contrato administrativo, a CONTRATADA compromete-se a **realizar seguros de Veículos pertencentes a frota do Município de Maripá/PR**, conforme Edital, Termo de Referência, proposta e demais documentos do processo.

1.2. O regime de execução indireta do objeto deste contrato é de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR e DO REAJUSTE DOS PREÇOS

2.1. O Valor Global deste contrato é de R\$(.....), conforme Anexo I deste contrato.

2.2. Os valores consignados no Contrato, em relação à prestação de serviço, poderá ser corrigida anualmente, observando o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data de apresentação da proposta, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA., adotando-se a seguinte fórmula:



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



2.2.1. Fórmula de cálculo:

$$Pr = P + (P \times V)$$

Onde: Pr = preço reajustado, ou preço novo; P = preço atual (antes do reajuste); V = variação percentual obtida na forma do item 1 desta cláusula, de modo que (P x V) significa o acréscimo ou decréscimo de preço decorrente do reajuste.

2.3. Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

2.4. Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste e prorogue o contrato sem pleiteá-lo, ocorrerá a preclusão do direito.

2.5. Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

2.6. O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do item 2.2 desta cláusula.

2.7 Havendo a necessidade, durante o período de vigência da apólice, de exclusão de veículo(s), a CONTRATADA deverá calcular pela aritmética simples, o valor total a ser devolvido à Administração Pública, mediante a aplicação da fórmula:

$$X \div 12 = Y \text{ e } Y \times Z = VT \text{ onde:}$$

X = Valor anual do prêmio por veículo;

12 = Número de meses;

Y = Valor mensal do prêmio por veículo;

Z = Número de meses restantes para o término da apólice;

VT = Valor total a ser devolvido à Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO/CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E GARANTIA DE EXECUÇÃO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após o recebimento da Apólice e Boleto Bancário.

3.1.1. O Cronograma de Desembolso serão executados em parcela única conforme item anterior.

3.2. Do pagamento a ser efetuado serão deduzidas as retenções que forem necessárias e previstas legalmente.

3.3. As Notas Fiscais prestação de serviços deverão ser emitidas, obrigatoriamente eletronicamente, conforme Norma de Procedimento Fiscal nº 095/2009 e 067/2010 expedida pela Receita Federal, em nome de **Município de Maripá**, CNPJ: 95.583.571/0001-02, Rua Luiz de Camões, 437 – Centro, Maripá - PR – CEP 85.955-000.

3.4. As Notas Fiscais deverão constar à discriminação dos itens e o nº da Ordem de Compra/ nº do Contrato/ nº Pregão Eletrônico e Dados Bancários e outros dados que julgar convenientes, sem rasura e/ou entrelinhas.

3.5. As Notas Fiscais deverão ser emitidas, pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número do CNPJ, apresentado nos documentos de habilitação e na proposta de preços, não se admitindo Notas Fiscais emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou matriz.

3.6. **A liberação do pagamento fica condicionada a apresentação de:** Prova de Regularidade fiscal unificada RFB/PGFN para com a **Fazenda Federal** e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (**FGTS**), demonstrando situação regular **da Empresa** no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262
e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 95.583.571/0001-02



3.7. O pagamento será efetuado, via transferência eletrônica na conta Bancária de titularidade do contratado, **única e exclusivamente junto ao BANCO DO BRASIL S/A**, na agência de escolha do contratado, devendo para tanto a Empresa vencedora informar no ato da Entrega da Nota Fiscal a Agência e a Conta Corrente **ou através de Boleto de qualquer banco**.

3.7.1. O Contratado que não atender os requisitos do item anterior deverá arcar com os custos das Transferências Eletrônicas de Disponíveis (TED/DOC).

3.8. A atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, poderão ser calculados com base no número de dias de atraso, compreendidos entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, utilizando-se o **ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA**, caso o atraso seja de exclusiva responsabilidade do Município.

3.9. A Contratada se compromete a execução do objeto na sua totalidade, atendendo integralmente os requisitos exigidos, não sendo exigida garantia de execução do objeto.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS e LOCAL DE ENTREGA

4.1. O Prazo de execução será de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contado da assinatura do Contrato sendo que a Vigência da Apólice inicia às 24h00min da data da assinatura do contrato.

4.2. Apólice com validade em todo território nacional.

4.3. O prazo de Vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses a partir da assinatura do contrato.

4.4 - O Presente Contrato poderá ser prorrogado por até igual período, limitado ao prazo de 60(sessenta) meses, de acordo com a aplicação do artigo 57, II, da Lei 8.666/93; podendo ainda, ser rescindido pelas partes a qualquer momento, desde que haja comunicação por escrito, com antecedência de trinta (30) dias.

CLÁUSULA QUINTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS E ORÇAMENTARIOS

5.1. Os recursos financeiros para cumprimento desta Licitação, originam-se do Tesouro Municipal e programas governamentais, correndo à conta da seguinte dotação orçamentária:

Ano	Órgão	Unidade	Funcional	Ação	Elemento	Vínculo
2023	2	1	0004.0122.0002	2004	3339039690300000000	0
2023	2	7	0012.0361.0003	2013	3339039690300000000	103
2023	2	7	0012.0361.0003	2014	3339039690100000000	104
2023	2	7	0013.0392.0004	2021	3339039690300000000	0
2023	2	7	0027.0812.0006	2022	3339039690100000000	0
2023	2	7	0027.0812.0006	2022	3339039690300000000	0
2023	2	8	0010.0301.0013	2023	3339039690200000000	494
2023	2	8	0010.0301.0013	2024	3339039690200000000	494
2023	2	8	0010.0301.0013	2027	3339039690200000000	0



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



2023	2	8	0010.0304.0013	2028	3339039690200000000	795
2023	2	8	0010.0305.0013	2029	3339039690200000000	795
2023	2	9	0015.0452.0005	2031	3339039690300000000	0
2023	2	9	0026.0782.0005	2032	3339039690300000000	0
2023	2	10	0004.0122.0002	2033	3339039690300000000	0
2023	2	10	0008.0244.0007	2036	3339039690300000000	0
2023	2	10	0008.0243.0008	6003	3339039690300000000	0
2023	2	12	0020.0608.0015	2048	3339039690300000000	0

CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO

6.1. Os Serviços serão coordenados e fiscalizados por servidores designados pela(s) Secretaria(s) Solicitante(s).

6.1.1. Os Serviços que apresentarem problemas e ou defeitos serão rejeitados, ou por estar em desacordo com as especificações constantes neste Edital e Termo de Referência, no todo ou em parte, obrigando-se a CONTRATADA a efetuar o refazimento do(s) serviço(s), no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da solicitação. Nesse caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício de contagem dos prazos.

6.1.2. Apurada, em qualquer tempo, divergência entre especificações pré-fixadas e o serviço efetuado, serão aplicados à CONTRATADA sanções previstas neste edital e na legislação vigente.

6.2. A fiscalização da entrega do produto licitado será exercida por prepostos da contratante, devidamente designados aos quais competirão acompanhar, controlar e avaliar a qualidade do produto, bem como dirimir as dúvidas que surgirem no seu curso, designado nos termos do art. 67 da lei nº 8.666/93.

6.3. A fiscalização de que trata os itens anteriores não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, seja por qualquer irregularidade, ou em decorrência de imperfeições técnicas, vícios ou emprego de material inadequado ou de inferior qualidade, inexistindo em qualquer circunstância, a co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme prevê o artigo 70, da Lei 8.666/93.

6.4. O recebimento provisório do objeto, para a verificação da sua conformidade com as especificações, será realizado ao receber a apólice de seguro.

6.5. O recebimento definitivo será realizado após o recebimento provisório.

6.6. No ato de entrega do objeto, o fornecedor deve apresentar documento fiscal válido correspondente ao fornecimento.

6.7. Todos os objetos entregues no recebimento deverão apresentar o mesmo padrão de qualidade, resistência e funcionalidade, seguindo exatamente as especificações técnicas conforme anexo do Edital.

6.8. O objeto apresentado deverá possuir etiqueta permanente de identificação do fabricante, quando for o caso, contendo o nome do fabricante, além de estar acompanhado do manual de instruções e do Certificado de Garantia do Fabricante.

6.9. Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os equipamentos, bens ou serviços foram entregues em desacordo com a proposta ou com a amostra, com vício, fora de especificação ou incompletos, o fornecedor será notificado por escrito.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



6.10. A CONTRATADA deverá efetuar a troca, substituição ou refazimento do bem, no prazo definido no edital, a contar do recebimento da solicitação.

6.11. Nesse caso, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento até que sanada a situação, quando ocorrerá um novo recebimento provisório e o reinício de contagem dos prazos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E PENALIDADES

7.1. Acaso a Contratada deixar de entregar ou apresentar documentação ou declaração falsa, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar o fornecimento do objeto adquirido, comportar-se de modo inidôneo, ou cometer fraude fiscal, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas do edital e no contrato e nas demais cominações legais.

7.2. Em caso de atraso injustificado no cumprimento da execução do objeto contratado, bem como por inadimplemento das cláusulas contratuais, poderá ser aplicada à Contratada multa moratória de valor equivalente a 0,20% (vinte centésimos percentuais), sobre o valor do produto não entregue, por dia de atraso, até o 10º (décimo) dia, limitada a 2% do valor total relativo, corrigido monetariamente até o adimplemento da obrigação pactuada. O atraso superior a 10 (dez) dias, configurará inadimplência da Contratada, para a corrigido monetariamente será utilizado o ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO – IPCA.

7.3. Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente e pelo descumprimento das normas e legislações pertinentes à execução do objeto contratual que acarrete rescisão do contrato ou instrumento equivalente, o Município de Maripá, poderá ainda, garantida a prévia defesa, aplicar à empresa contratada as sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93, sendo que em caso de multa esta corresponderá a 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

7.4. Poderão ser aplicadas ainda as penas de advertência e, conforme o caso, declaração de inidoneidade previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, atendidas as formalidades legais.

7.5. A aplicação das sanções administrativas não exclui a responsabilidade do licitante por eventuais perdas ou danos causados ao Município de Maripá.

7.6. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

7.7. Se o valor da multa não for pago, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito na dívida ativa do Município, e cobrado na forma da Lei.

CLÁUSULA OITAVA - DOS CASOS DE RESCISÃO

8.1. É deferido a Contratante o direito de rescisão do presente contrato, sempre que ocorrer os seguintes casos:

8.1.1. violação das obrigações assumidas;

8.1.2. fraude ou execução incorreta do objeto deste contrato;

8.1.3. abandono da execução do objeto deste contrato sem justa causa;

8.1.4. demais dispositivos previstos no artigo 78 da Lei Federal 8.666/93.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



CLÁUSULA NONA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

9.1. O presente contrato administrativo fundamenta-se na Lei Federal nº. 10.520/2002 (Lei do Pregão) e subsidiariamente a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.2. O presente contrato administrativo vincula-se ao Edital e anexos do **Processo Licitatório n.º..../2023, Modalidade Pregão na Forma Eletrônico n.º/2023.**

9.3. Em cumprimento ao Parágrafo Terceiro do Artigo 195 da Constituição Federal, a CONTRATADA apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, sob n.º emitida em com validade até e Certidão de Regularidade do FGTS sob n.º emitida em com validade até, sendo que as mesmas fazem parte do processo licitatório.

9.4. A legislação aplicável à execução do contrato e aos casos omissos é a Lei Federal nº. 10.520/2002 (Lei do Pregão) e subsidiariamente a Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA

10.1. Para exercer a responsabilidade administrativa de **recebimento definitivo** do objeto do presente contrato, fica designado(a) o(a) Servidor(a) ocupante do cargo de Secretário(a)

10.2. Para exercer a responsabilidade administrativa do **cumprimento dos encargos sociais** do objeto do presente contrato, fica designado(a) o(a) Servidor(a) ocupante do cargo de Secretário(a) de Finanças.

10.3. Para exercer a responsabilidade como Fiscal do referido Contrato fica designado(a) o(a) Servidor(a)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada obrigará-se-á:

11.1. Fornecer o objeto deste contrato nas especificações contidas no Edital;

11.2. Prestar os serviços no prazo e locais previstos;

11.3. Comunicar a contratante, imediatamente, qualquer ocorrência ou anormalidade que venha interferir no fornecimento dos produtos objetos deste Edital;

11.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.5. Não transferir a outrem, total ou parcialmente, as responsabilidades a que está obrigada por esta Licitação, nem subcontratar, sem prévio assentimento da Contratante.

11.6. Arcar com todas as despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação, inclusive se no caso couberem despesas com materiais, mão de obra, locomoção, seguros de acidentes, impostos, fretes, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e outros.

11.7. O contratado fica obrigado, no prazo de execução do contrato a aceitar, os acréscimos e supressões que se fizerem necessário, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do presente Contrato, atualizado nos termos da legislação pertinente.

11.8. A contratada deverá cumprir integralmente com as obrigações contidas da proposta de preços apresentada.



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



11.9. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

11.10. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato.

11.11. Reconhecer os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 77, da Lei Federal nº. 8.666/1993.

11.12. Disponibilizar e manter as condições (gerais e particulares) do seguro de acordo com as disposições legais e normas da Superintendência de Seguros Privados do Ministério da Fazenda — SUSEP;

11.13. Emitir e entregar a Apólice de seguro no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados da publicação do contrato;

11.14. Indenizar o Município de Maripá, em caso de sinistro, até o total da importância segurada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a entrega de toda documentação;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. O Contratante se obriga a proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato, consoante estabelece a Lei nº 8.666/93.

12.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

12.3. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

12.4. Providenciar os pagamentos à Contratada a vista das Notas Fiscais devidamente atestadas, nos prazos fixados.

12.5. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA para a fiel execução do contrato.

12.6. Receber o objeto, conforme edital e contrato.

12.7. Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

12.8. Fornecer à Contratada toda a documentação, que deverá constar na Apólice a ser contratada, em especial as relativas aos itens de contratação do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

13.1. O contratado deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a)** “Prática corrupta”: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem, com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b)** “Prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c)** “Prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262

e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br

CNPJ 95.583.571/0001-02



- d) “Prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “Prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

13.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do contrato financiado pelo organismo.

13.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, o licitante vencedor, como condição para contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO SIGILO E DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018

14.1. A CONTRATANTE / CONTRATADO, além de guardarem sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento desse processo, se comprometem a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, sendo certo que se adaptará, inclusive, à Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

14.2 A CONTRATANTE / CONTRATADO se obrigam ao dever de confidencialidade e sigilo relativamente a toda a informação e/ou dados pessoais a que tenha acesso por virtude ou em consequência das relações profissionais, devendo assegurar-se de que os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas funções, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais tratados, se encontram eles próprios contratualmente obrigados ao sigilo profissional.

14.3. As partes se obrigam a realizar o tratamento de dados pessoais de acordo com as disposições legais vigentes, bem como nos moldes da Lei nº 13.709/2018, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), visando dar efetiva proteção aos dados coletados de pessoas naturais que possam identificá-las ou torná-las identificáveis, utilizando-os de tais dados tão somente para os fins necessários à consecução do objeto deste Contrato, ou nos limites do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.

14.4. A CONTRATANTE / CONTRATADO se responsabilizam, única e exclusivamente, acerca da utilização dos dados obtidos por meio do presente processo, sendo



MUNICÍPIO DE MARIPÁ

ESTADO DO PARANÁ

Rua Luiz de Camões, 437 – Cep 85.955-000 - Fone/Fax: (44)3687-1262
e-mail: governo@maripa.pr.gov.br /site: www.maripa.pr.gov.br
CNPJ 95.583.571/0001-02



terminantemente vedada a utilização de tais informações para fins diversos daqueles relativos ao objeto do contrato, bem como outros fins ilícitos, ou que, de qualquer forma, atendem contra a moral e os bons costumes.

14.5. O Município de Maripá não será, em qualquer hipótese, responsabilizado pelo uso indevido por parte da CONTRATADO e/ou terceiros, com relação a dados armazenados em seus softwares e bancos de dados.

14.6. A CONTRATANTE não poderá utilizar a informação e/ou os dados pessoais a que tenha acesso para fins distintos do seu fornecimento/prestação de serviços ao Município de Maripá, não podendo, nomeadamente, transmiti-los a terceiros.

14.7. O Município de Maripá não irá compartilhar nenhum dado das pessoas naturais, salvo as hipóteses expressas da Lei nº 13.709/2018, que permitem o compartilhamento sem consentimento do titular.

14.8. O dever de sigilo e de confidencialidade e as restantes obrigações previstas na presente cláusula deverão permanecer em vigor mesmo após o término de vigência do presente processo.

14.9. Eventuais violações externas que atinjam o sistema de proteção do Município de Maripá, serão comunicadas aos titulares, bem como a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

15.1. O Extrato Contratual contendo os dados essenciais do presente instrumento será publicado no órgão oficial do Município, no prazo estipulado na Lei Federal n.º 8.666/93.

15.2. Havendo necessidade ou de comum acordo em as partes, o prazo deste contrato poderá ser prorrogado, para melhor atender a sua finalidade, desde que não ultrapasse o prazo estabelecido na Lei de Licitações em vigor.

15.3. Por força do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, a Contratada fica ciente da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menor de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Palotina, Estado do Paraná, para dirimir as dúvidas e os casos omissos, que porventura surgirem.

16.2 E, por estarem entre si, certos, ajustados e contratados que, lido e achado conforme, aceitam e se obrigam por si, seus herdeiros ou sucessores a fielmente cumpri-lo, assinando-o na presença de duas testemunhas idôneas e capazes, fazendo-o firme e valioso

Maripá PR, dede

MUNICÍPIO DE MARIPÁ
Rodrigo André Schanoski – Prefeito
CONTRATANTE

.....
CONTRATADA

Testemunhas: _____

NOME:
CPF nº

NOME:
CPF nº